

## SOCIALIZAÇÃO PELA EDUCAÇÃO: PROJETOS DE REABILITAÇÃO PARA AS APENADAS DA CADEIA PÚBLICA DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA-PR.

Ana Maria de Araújo Martins<sup>1</sup>

Kézia Rodrigues dos Reis Inácio<sup>2</sup>

Elieder de Oliveira Inácio<sup>3</sup>

Lívia Maria Eusébio da Silva<sup>4</sup>

Bianca Rodrigues Cardoso<sup>5</sup>

Gislaine Fernandes de Oliveira Mascarenhas Aureliano<sup>6</sup>

### RESUMO

O acesso à educação no sistema prisional é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, que garante a todos os cidadãos o direito ao aprendizado e à dignidade humana. Este artigo analisa a importância da educação no contexto prisional e seus efeitos na ressocialização de mulheres privadas de liberdade, com enfoque na Cadeia Pública Feminina de Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná. Fundamentado em referenciais teóricos como Paulo Freire (1996), Michel Foucault (2014) e Onofre Pires da Silva Canto (2015), o estudo discute a educação como instrumento de ressocialização e reconstrução da pessoa privada da liberdade. A pesquisa evidencia a efetividade das ações de remição de pena pela leitura, bem como a importância dos cursos profissionalizantes oferecidos em parceria com instituições locais e regionais. As atividades desenvolvidas incluem a leitura de obras literárias, a produção de resenhas avaliadas por docentes e acadêmicas da Faculdade do Norte Pioneiro - FANORPI, além da oferta de cursos semi-presenciais em diferentes áreas, como Estética Automotiva, Cabeleireiro e Cuidador de Idosos. Os resultados observados demonstram impactos significativos na autonomia e nas perspectivas de futuro das participantes, que passam a reconhecer a educação como meio de transformação pessoal e reintegração social. Relatos de custodiadas e egressas comprovam que o engajamento educacional contribui para a redução da reincidência criminal e para o fortalecimento da cidadania. Conclui-se que a educação no cárcere transcende o caráter punitivo do sistema prisional, configurando-se como um ato de ressignificação, dignificação humana e promoção da justiça social.

**Palavras-chave:** Educação prisional, Remição pela leitura, Ressocialização, Políticas públicas, Dignidade humana.

<sup>1</sup> Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Santo Antônio da Platina-PR (FANORPI), anamariamar@bol.com.br

<sup>2</sup> Acadêmica do 4º período de Direito da Faculdade do Norte Pioneiro – FANORPI, ter.keziareis@policiapenal.pr.gov.br.

<sup>3</sup> Acadêmico do 4º período de Direito da Faculdade do Norte Pioneiro – FANORPI, redeileinacio@gmail.com.

<sup>4</sup> Acadêmica do 8º período de Pedagogia da Faculdade do Norte Pioneiro – FANORPI, marialivia515@gmail.com.

<sup>5</sup> Acadêmica do 8º período de Pedagogia da Faculdade do Norte Pioneiro – FANORPI, bi\_ancasap@hotmail.com.

<sup>6</sup> Mestra em Direito Empresarial - Relações Nacionais e Internacionais, na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Professora no Curso de Direito da Faculdade de Santo Antônio da Platina-PR (FANORPI), profgireal@yahoo.com



## INTRODUÇÃO

O acesso à educação no sistema prisional é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, que garante a todos os cidadãos o direito ao aprendizado.

O presente artigo tem como objetivo destacar a importância da educação dentro das unidades prisionais, analisando seu impacto na reintegração social das pessoas privadas de liberdade e em como elas ingressam na sociedade após saírem do cárcere, buscando-se compreender como os projetos educacionais, em especial a remição de pena pelo estudo e pela leitura, contribuem para a ressocialização e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A pesquisa foi realizada na Cadeia Pública de Santo Antônio da Platina, no Estado do Paraná, e evidencia os resultados obtidos por meio de programas educacionais desenvolvidos em parceria com instituições de ensino superior e órgãos públicos.

Destaca-se que o trabalho foi caráter qualitativo e descritivo, realizado por meio de observação direta e coleta de depoimentos na Cadeia Pública Feminina de Santo Antônio da Platina (PR), sendo analisadas as práticas pedagógicas, o funcionamento dos programas de remição de pena e a oferta de cursos profissionalizantes.

Os dados também foram obtidos por meio de entrevistas com a pedagoga da unidade, Daniella Carneiro Perry, e com o gestor da instituição, Erontides de Oliveira Camilo, além de relatos voluntários de pessoas privadas de liberdade participantes dos programas educacionais.

É importante ressaltar que, além da leitura, existem outros métodos utilizados para que as presas tenham a remição da pena, como será apresentado na sequência, valendo lembrar que os cursos profissionalizantes também são ofertados e, que, através de entrevistas, percebeu-se o grande incentivo e estímulo às detentas para a reinserção no mercado de trabalho, além de uma opção de emprego após o cumprimento da pena.

Interessante dispor sobre o assunto e tornar transparente a importância do papel dos educadores, gestores, agentes, pedagogos, acadêmicos nesse viés de múltiplas escolhas e aprendizado dentro da cadeia pública feminina de Santo Antônio da Platina/PR, multiplicando as expectativas das presas na sociedade para uma melhoria de vida, análise sobre o sentido da prisão, seu papel ressocializador, de ressignificação, dignificação humana e promoção da justiça social.



## DISCUSSÕES E RESULTADOS

O acesso à educação dentro do cárcere é um direito garantido pela Constituição Brasileira, que assegura a todos os cidadãos o direito ao aprendizado. A proposta de transformar o ambiente prisional em um espaço pedagógico busca romper com o ciclo de violência e exclusão social que caracteriza grande parte dessas instituições. Segundo Paulo Freire (1996), a educação é um ato de libertação, capaz de despertar a consciência crítica e promover autonomia.

A educação, nesse contexto, surge como uma ferramenta essencial para a promoção da dignidade humana, para o desenvolvimento pessoal e para a redução da reincidência criminal.

Constata-se a partir desta pesquisa que pessoas privadas de liberdade que participaram de atividades educacionais apresentam menores índices de retorno à criminalidade após o cumprimento de suas penas. No entanto, a efetividade dessas ações depende de investimentos contínuos do Estado e da sociedade civil na implementação de políticas educacionais dentro das unidades prisionais. A relação entre punição, educação e reintegração social tem sido amplamente discutida por diversos autores. Paul Michel Foucault (2014), ao analisar a evolução das práticas punitivas, enfatiza que a prisão moderna deve ir além da punição corporal, visando à transformação do indivíduo. Nessa perspectiva, a educação surge como um dos principais mecanismos de humanização do cárcere.

Para Onofre Pires da Silva Canto (2015), a escola no espaço prisional é uma possibilidade de reconstrução do sujeito e de ressignificação de sua trajetória de vida. Ela promove a recuperação da autoestima e a redescoberta de potencialidades individuais. Dessa forma, a educação prisional não se limita ao ensino formal, mas envolve um processo contínuo de formação cidadã, ética e profissional, capaz de proporcionar às pessoas privadas de liberdade novas perspectivas de futuro. De acordo com o artigo 126, §1º, da Lei nº 12.433/2011, a remição de pena é concedida na proporção de um dia de pena a cada 12 horas de frequência escolar, distribuídas no mínimo em três dias, ou um dia de pena a cada três dias de trabalho.

A Lei nº 17.329/2012 disciplina a implantação da remição pela leitura nos estabelecimentos penais do Estado do Paraná. Esta iniciativa permite que os apenados



reduzam parte de suas penas mediante a leitura e a produção de resenhas literárias avaliadas por instituições parceiras.

O processo segue critérios rigorosos: a apenada realiza a leitura da obra, elabora uma resenha, e esta é corrigida por avaliadores vinculados à instituição conveniada. A cada obra lida e aprovada com nota mínima de 6,0 (seis), é adicionado ao prontuário de cada participante no Sistema de Gestão de Execução Penal – SIGEP, e posteriormente protocolada nos autos de cada apenada, para ser concedida a remição de pena. Cada participante pode ler apenas uma obra literária por mês. As obras válidas para o programa incluem clássicos da literatura universal, biografias e outros títulos selecionados pelos professores.

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância das práticas educativas na Cadeia Pública Feminina de Santo Antônio da Platina, destacando as ações de remição pela leitura, os cursos profissionalizantes e os resultados obtidos pelas custodiadas.

Na Cadeia Pública de Santo Antônio da Platina, o programa de remição pela leitura é desenvolvido em parceria com a Faculdade do Norte Pioneiro (FANORPI), especialmente com os(as) acadêmicos(as) do curso de Pedagogia. As custodiadas participam de forma voluntária, realizando a leitura da obra literária e elaborando uma resenha. Após as etapas de leitura, escrita e reescrita, os textos são encaminhados para a instituição conveniada, onde são avaliados por acadêmicas do curso de Pedagogia, sob a supervisão de docentes.

Além da remição pela leitura, a unidade oferece cursos profissionalizantes ministrados presencialmente por profissionais das respectivas áreas. Em algumas unidades, há a possibilidade de utilização dos telecentros disponibilizados pelo Departamento de Polícia Penal do Paraná (DEPPEN). Na unidade, os cursos são realizados por meio de apostilas impressas e acompanhamento presencial da pedagoga responsável, Daniella Carneiro Perry, do Conselho da Comunidade de Santo Antônio da Platina. Após as aulas e avaliações, as provas são enviadas para certificação para que assim possa ser concedida a remissão.

É importante ressaltar que o programa conta ainda com apoio da Prefeitura Municipal e do Conselho da Comunidade, que realizam campanhas de doação de livros. As obras válidas para remição incluem clássicos da literatura universal, biografias e livros selecionados pelos professores do projeto.



Os cursos disponíveis incluem Estética Automotiva, Atendimento a Bares e Restaurantes, Cabeleireiro, Cuidador de Idosos e Bem-Estar, entre outros. Após a realização das provas, as notas são lançadas no sistema e os certificados são juntados aos autos individuais das participantes.

A unidade também mantém parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL) por meio do projeto “*Grades em Transgressão: Novos Horizontes de Inclusão Social para Mulheres*”, que oferece oficinas conduzidas por acadêmicas dos cursos de Psicologia, Pedagogia, Assistência Social e Geografia.

Atualmente, a unidade abriga 113 mulheres, entre 18 a 60 anos, sendo 74 condenadas (sentença condenatória transitada em julgado) e 39 presas provisórias. Destas, cerca de 60 custodiadas estão matriculadas em cursos educacionais ou profissionalizantes. Segundo Perry, “*A prova do ENCCEJA contou com 23 inscritas na unidade, sendo 13 aprovadas em todas as disciplinas e 20 aprovadas parcialmente. As provas do EJA e do ENEM tiveram 15 inscritas, com 5 aprovações totais.*”

Durante a pesquisa, foi possível acompanhar diversas atividades educacionais desenvolvidas na unidade, com autorização do Policial Penal Erontides de Oliveira Camilo e Gestor da Unidade, valendo destacar que uma das participantes, identificada pelas iniciais P.F.C., relatou: “*Aqui nós já tivemos vários cursos, como estética automotiva, atendimento a bares e restaurantes, cabeleireiro, cuidador de idosos e bem-estar. O que mais gostei foi o de cuidador de idosos, pois já trabalhei na área e pretendo cursar enfermagem quando sair daqui. Aqui consegui concluir algumas matérias do ensino médio e pretendo finalizar a de português para concluir meus estudos.*” Esse relato demonstra o impacto positivo das atividades educacionais na autoestima, nas perspectivas futuras e no processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade.

Dentre os relatos obtidos na pesquisa, foi possível conversar com uma egressa que está sob o uso de equipamento de monitoração eletrônica, e que é amparada pelo Núcleo de Atendimento a Pessoa com Monitoração Eletrônica – NUPEM, no qual Erontides também é coordenador, destacando a presa J.C.S. que essa trajetória evidencia o impacto positivo da educação no processo de ressocialização e que durante o cumprimento da pena, a participante concluiu seus estudos e participou de diversos cursos profissionalizantes, demonstrando empenho e comprometimento.



Dessa forma, em virtude do bom comportamento e da dedicação às atividades educacionais, J.C.S. obteve a progressão de regime e, mesmo sob monitoração eletrônica, foi contratada para realizar atividades laborativas no Fórum da cidade, o que influencia em sua reinserção na sociedade.

Vale ainda dizer que, conforme cita a egressa, a participação em atividades de estudo e trabalho possibilitou-lhe a remição de aproximadamente um ano e meio de sua pena. Relata ainda que, mesmo após a progressão, manteve o compromisso com a educação, prosseguindo com os estudos e cursos profissionalizantes, pois reconhece que a escolarização abriu novos horizontes em um momento de sua vida em que acreditava não haver mais possibilidades.

A participante afirma que a educação foi o elemento central de sua transformação pessoal, devolvendo-lhe a autoestima e o sentimento de pertencimento social. Como destaca: “A educação me fez acreditar novamente que eu podia mudar e conquistar meus sonhos”. Esse relato demonstra o impacto positivo das atividades educacionais no processo de ressocialização das mulheres privadas da liberdade na cidade de Santo Antônio da Platina-PR.

Portanto, percebe-se o quão valioso é o trabalho de toda uma equipe multidisciplinar que destaca o conteúdo da reinserção social às detentas, o comprometimento de cada um no propósito de ressignificação e dignidade humana àquelas que pretendem ter o seu retorno ao mercado de trabalho, vida social, enfim, possuindo outra visão de ressocialização e de significado de vida pós-prisão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação no sistema prisional revela-se uma das estratégias mais eficazes para a ressocialização e reintegração social das pessoas privadas de liberdade. Na Cadeia Pública Feminina de Santo Antônio da Platina, as iniciativas educacionais desenvolvidas, em especial o programa de remição pela leitura e os cursos profissionalizantes mostram resultados expressivos na reconstrução da dignidade humana e na redução da reincidência criminal.

Foi fundamental a participação das instituições parceiras e dos cursos na organização, elaboração e acompanhamento das atividades, em especial aos cursos de





Direito e Pedagogia, numa vertente multidisciplinar, para que as atividades tivessem sucesso.

Também foi primordial a participação de docentes dos respectivos cursos, na orientação dos trabalhos, tanto das apenadas, como dos acadêmicos que participaram das atividades, além de toda uma equipe que faz parte da DEPPEN, com incentivo e estímulo às detentas.

Ainda que existam desafios relacionados à infraestrutura, à limitação de recursos e à falta de políticas públicas permanentes, os avanços obtidos demonstram o potencial transformador da educação como política de cidadania e justiça social.

Investir na educação prisional significa investir em segurança pública, inclusão e reconstrução de trajetórias humanas.

## REFERÊNCIAS

*BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.*

**BRASIL. Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011.** Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 jun. 2011.

CANTO, Onofre Pires da Silva. **Educação escolar na prisão: entre o reconhecimento e a emancipação.** 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

CONSELHO DA COMUNIDADE DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA. **Relatório de atividades educacionais da Cadeia Pública Feminina.** Santo Antônio da Platina-PR, 2024.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL DO PARANÁ (DEPPEN).

*FACULDADE DO NORTE PIONEIRO (FANORPI). Projeto de remição pela leitura: parceria educacional com a Cadeia Pública Feminina de Santo Antônio da Platina. Santo Antônio da Platina, 2024.*

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



J.C.S, **egressa**. Entrevista realizada em 02/10/2024 às 15h.

PARANÁ. **Lei nº 17.329, de 24 de outubro de 2012**. Dispõe sobre a remição de pena pela leitura nos estabelecimentos penais do Estado do Paraná. *Diário Oficial do Estado do Paraná*, Curitiba, 25 out. 2012.

*PERRY. DANIELLA CARNEIRO. Pedagoga do Complexo Social de Santo Antônio da Platina*. Entrevista realizada em 02 out,2024 às 14h.

P.F.C, **pessoa privada da liberdade (detenta)**. Entrevista realizada em 02 out,2024 às 14h 20.

*UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL)*. **Projeto “Grades em Transgressão: Novos Horizontes de Inclusão Social para Mulheres”**. Londrina, 2024.

